

MARCHA S. BENTO

27 FEVEREIRO

GOVERNO E TROICA VIOLAM DIREITOS HUMANOS

Portugal é cada vez mais uma sociedade dividida entre pobres e ricos, entre os que têm poder e influência e os que sofrem as consequências da política da troica e da direita, entre os que acumulam benesses e riqueza e os que são desprovidos de direitos, entre os que têm dinheiro para aceder à saúde e educação, e os que deles são excluídos.

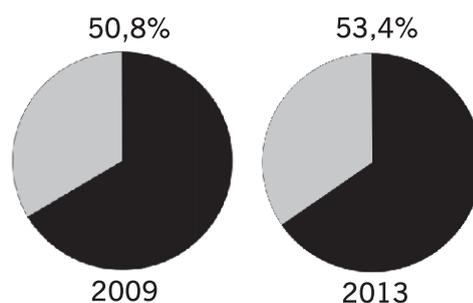
18H30



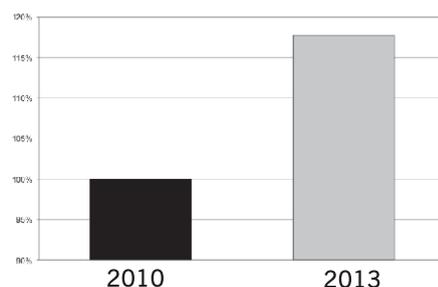
Todos os indicadores apontam para uma maior concentração da riqueza e do capital. Acentuam-se as injustiças sociais e as desigualdades, o aumento da exploração e do empobrecimento.

A parte dos rendimentos do trabalho, incluindo os descontos patronais para a segurança social, desceu de 49,2% do Produto Interno Bruto em 2009 para 46,6% em 2013;

Rendimento do CAPITAL aumentou para:



As 25 maiores fortunas em 2013 aumentaram 17,8% face a 2010;



Os ricos estão mais ricos, enquanto os trabalhadores, reformados e pensionistas, desempregados e jovens, estão mais pobres.

25,3% da população estava abaixo do limiar de pobreza e de exclusão social em 2012;

O não cumprimento do Acordo do SMN levou a que mais de 400 mil trabalhadores tenham visto o seu salário (432€ líquidos) congelado nos últimos 3 anos;

A maioria dos desempregados não encontra trabalho há mais de 1 ano e não tem qualquer protecção social; um em cada quatro trabalhadores está desempregado ou sub-empregado;

O governo corta cada vez mais na Segurança Social, o que provoca sucessivos cortes das pensões.

PRÉ- CONCENTRAÇÕES NOS MINISTÉRIOS: S. SOCIAL/TRABALHO – SAÚDE – EDUCAÇÃO

DIA 27 FEVEREIRO **TODOS A S.BENTO**



O AUMENTO DAS DESIGUALDADES, O AUMENTO DA EXPLORAÇÃO E EMPOBRECIMENTO NÃO SÃO INEVITABILIDADES!

Este é o resultado de uma política fria e implacavelmente executadas pelo Governo PSD/CDS que intensifica os cortes nas remunerações e nas pensões, aumenta a tributação sobre os rendimentos do trabalho, corta na saúde, na protecção social, na educação e no investimento público, põe a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES), a ser paga pelos pobres, para aumentar as benesses atribuídas aos ricos.

EMPREGO
SALÁRIOS
SAÚDE
EDUCAÇÃO
PROTECÇÃO SOCIAL

Uma política que reduz o direito à Segurança Social, com a retirada do abono de família a 580 mil crianças e jovens, nos últimos 3 anos; exclui 163 mil beneficiários do rendimento social de inserção no mesmo período; aumenta a idade da reforma e altera o cálculo das pensões que reduz o seu valor.

Uma política que condiciona o direito à saúde, com cortes de 300 milhões este ano; aumenta as taxas moderadoras, o custo com as deslocações por motivos médicos, o custo dos meios complementares de diagnóstico e reduz a comparticipação no preço dos medicamentos.

Em várias unidades de saúde há atrasos nos exames, consultas e intervenções; a “fome regressou e vai levar a uma redução da resistência às doenças e a uma diminuição da esperança média de vida; entretanto a taxa de mortalidade infantil voltou a crescer.

Uma política que nega o direito à educação, com um claro desinvestimento e cortes na despesa efectuados desde 2010 e brutalmente agravados com o Orçamento do Estado para 2014. O Governo agravou ainda a diminuição do financiamento da ciência, dos centros de investigação e de projectos científicos, de que é expressão a forte restrição na atribuição de bolsas de formação. Como consequência 38% dos jovens tiveram de abandonar os estudos, por incapacidade financeira.

Uma política que promove a violação de direitos fundamentais das pessoas, enquanto suporta os desmandos e a corrupção dos grupos económicos e financeiros, como é o caso dos 510 milhões de euros dados ao BPN; a atribuição de milhões e milhões de euros de benefícios fiscais dados aos mesmos grupos; o perdão de juros (cujo montante o Governo não revela) relativo ao pagamento de dívidas ao fisco e à segurança social; os encargos com as parcerias público-privadas que em 2014 ascendem a 1,6 mil milhões de euros, com os juros da dívida e a transferência de verbas por via dos contratos SWAP. Ao mesmo tempo aumenta o IRS e corta nas deduções, de forma que muitos portugueses em vez de terem reembolso de parte do imposto cobrado, vão ainda pagar mais este ano.

O GOVERNO TEM EM CURSO UMA POLÍTICA QUE VISA ATACAR O ESTADO DE DIREITO E DESTRUIR AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO.

Esta é uma política que por estar em rota de colisão com a Constituição da República Portuguesa e pôr em causa o desenvolvimento humano, tem de ser contestada e travada quanto antes.

LUTAR PELA DEMISSÃO DO GOVERNO E A CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES ANTECIPADAS É UM IMPERATIVO NACIONAL.

JUNTA-TE A NÓS!

Pelo emprego, o aumento dos salários e do SMN em pelo menos 1 euro dia, a defesa e melhoria do SNS, o acesso e garantia de frequência do sistema de ensino universal e gratuito, o aumento da protecção e apoios sociais, em especial, aos desempregados, crianças e idosos.

PRÉ- CONCENTRAÇÕES NOS MINISTÉRIOS:
S. SOCIAL/TRABALHO – SAÚDE – EDUCAÇÃO